UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO
– EDITAL Nº 12/2026 - COPESE/UFPI

REALIZAÇÃO

COPESE
Concursos, Projetos
Estratégicos e Seleções

CADERNO DE QUESTÕES
Cargo: ARQUITETO E URBANISTA

DATA: 18/10/2026
NÚMERO DE QUESTÕES: 50
HORÁRIO: das 08:30h às 12:30h

Nº DE INSCRIÇÃO:

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR O CADERNO DE QUESTÕES

- Verifique se este caderno contém um total de 50 questões do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de respostas. Se não estiver completo, solicite ao fiscal de sala outro Caderno de Provas. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**

- As questões estão assim distribuídas:

  LÍNGUA PORTUGUESA: 01 a 10
  MATEMÁTICA: 11 a 20
  LEGISLAÇÃO: 21 a 30
  CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 31 a 50

- O candidato não poderá entregar o caderno de questões antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.

- As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **Cartão-Resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta escrita grossa.**

- Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **Cartão-Resposta devidamente assinado**. A não devolução implicará na **eliminação do candidato.**

LEIA O TEXTO I PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES DE 01 A 05.

A importância do serviço público

O serviço público é algo inerente à própria história da humanidade. Sempre existiu e tem por finalidade prestar trabalho de qualidade a uma determinada coletividade. Com o passar dos anos, a forma de ingresso no serviço público mudou. Hoje o critério não é ser amigo do rei. Hoje, independente da origem social da pessoa, ela pode se submeter a um concurso e ingressar na administração pública. É uma escolha, é uma opção de vida. As portas estão abertas para todos. Lamentavelmente, nas últimas décadas o servidor público tem recebido ataques ferozes de todos os lados, como se fosse culpado por todas as mazelas que ocorrem no país.

Vive-se um momento delicado, com uma pandemia batendo às nossas portas. Questiona-se: Quem está na linha de frente colocando a cara a tapa? Quem está colocando a sua própria vida em jogo para salvar as pessoas? Quem está cuidando da segurança dos cidadãos? Resposta! São os servidores públicos. Querem destruir a imagem do servidor público, querem fragilizá-lo, mas, na realidade, a intenção é destruir o serviço público, comprometer ainda mais a qualidade dos trabalhos prestados às camadas mais carentes da sociedade brasileira. Não se pode negar que vários segmentos da sociedade também estão contribuindo no combate ao coronavírus.

São nos momentos adversos que vem à tona as contradições. São nos momentos de dificuldades que deve se tirar algumas lições. Esse discurso do liberalismo, discurso do estado mínimo, discurso que o mercado resolve tudo é balela. É imprescindível um estado forte para intervir em defesa dos fragilizados socialmente. Não se pode tratar os desiguais de forma igualitária, pois com isso o fosso social se agravaria ainda mais. Na realidade esse discurso liberal tem por objetivo continuar protegendo uma minoria abastada que concentra em suas mãos a riqueza do país.

O discurso do Estado mínimo tem como objetivo manter os privilégios, manter as benesses nas mãos de uma minoria que lucra quantias fabulosas no sistema financeiro, nas mãos de uma elite que não é tributada sobre os lucros e dividendos e nas mãos de uma camada que se beneficia pela não regulamentação, até a presente data, do imposto sobre as grandes fortunas.

A maioria da classe política é muito egoísta, mesmo no momento de pandemia continua recebendo a verba indenizatória, totalmente imoral. Uma classe política que só pensa nos seus interesses pessoais, que não abre mão dos privilégios bancados pela sociedade brasileira e, nos momentos de dificuldades, sempre joga a responsabilidade nos ombros dos mais fracos, demonstra não ter compromisso com a população que a elegeu, além disso, incentiva o discurso que tudo que ocorre de ruim no país a culpa é do Servidor Público.

O governo acabou de aprovar uma reforma previdenciária, que aumentou de forma astronômica as alíquotas previdenciárias dos servidores públicos. Isso representou uma redução salarial, uma perda do poder aquisitivo e, consequentemente, uma queda na qualidade de vida de muitas famílias.

Não se pode abrir mão de um serviço público de qualidade, com profissionais preparados e bem remunerados. Os servidores públicos não podem ficar a bel prazer dos governantes de plantão, dependendo do humor do gestor público, pois o compromisso maior é garantir serviço de qualidade, de forma permanente para a sociedade brasileira, pois, afinal de contas, os homens passam e as instituições continuam.

*__Edivaldo Rocha dos Santos__ é bacharel em Direito e professor de História, servidor do TRE-MT. Fonte: https://www.fenajufe.org.br/artigos/a-importancia-do-servico-publico/ Texto publicado em: 21 maio 2020. Acesso em: 18 ago. 2026.

Com base no texto I, responda às questões a seguir:

1. Considerando as relações de significação entre as palavras assinale a opção CORRETA.

(A) **Vírus** é um hiperônimo de **coronavírus**.

(B) Em "Querem destruir a imagem do servidor público, querem fragilizá-lo", **destruir** e **fragilizar** são parônimas, pois derivam de radicais diferentes, mas compartilham a mesma origem etimológica.

(C) Nas frases "A maioria da **classe** política é muito egoísta" e "O político demonstrava muita **classe**" as palavras em destaque podem ser consideradas homônimas perfeitas já que possuem a mesma escrita (grafia) e o mesmo som (pronúncia), mas apresentam significados diferentes.

(D) Nas frases "Quem está na linha de frente colocando a **cara** a tapa?" e "A comida está muito **cara**" as palavras em destaquem revelam um exemplo de polissemia.

(E) Na frase "São nos momentos **adversos** que vem à tona as contradições" um sinônimo possível para a palavra em destaque seria "delicado".

2. No tocante à acentuação gráfica, assinale a opção INCORRETA:

   (A) Na frase "Não se pode negar que **vários** segmentos da sociedade **também** estão contribuindo no combate ao **coronavírus**", as palavras em destaque são acentuadas pela mesma regra de acentuação.

   (B) Na frase "O serviço **público** é algo inerente à própria história da humanidade", a palavra em destaque é acentuada por ser proparoxítona.

   (C) Na frase "A maioria da classe **política** é muito **egoísta**", a palavra "política" é acentuada por ser proparoxítona. Já a palavra "egoísta" é acentuada por causa da regra do hiato.

   (D) Na frase "O governo acabou de aprovar uma reforma **previdenciária**", a palavra em destaque é acentuada porque é paroxítona terminada em ditongo crescente.

   (E) Na frase "... **além** disso, incentiva o discurso que tudo que ocorre de ruim no **país**", a palavra "além" é acentuada por ser oxítona terminada em, "em", já a palavra "país" é acentuada por causa da regra do hiato.

3. Analise as afirmações abaixo no que concerne à regência verbal e nominal, em seguida, assinale a opção CORRETA.

   I. Na frase "Com o passar dos anos", há regência verbal.

   II. Na frase "Hoje o critério não é ser amigo do rei", há regência nominal.

   III. Na frase "Quem está cuidando da segurança dos cidadãos", existem **as duas regências**: a regência verbal e a regência nominal.

   (A) Apenas I está correta.

   (B) Apenas II está correta.

   (C) Apenas III está correta.

   (D) Apenas I e II estão corretas.

   (E) Apenas II e III estão corretas

4. Na frase "... a qualidade dos trabalhos prestados **às** camadas mais carentes da sociedade brasileira", o sinal indicativo de crase está empregado corretamente. Assinale a opção onde isso também ocorre:

   (A) O governo se compara à alguém que tem perda de memória.

   (B) Ele se referiu às pessoas que atuam no serviço público.

   (C) Os sindicatos aludem à uma causa específica.

   (D) O serviço público precisa ser entendido à partir das necessidades do povo.

   (E) Os trabalhos foram destinados à ele.

5. Na frase "Querem destruir a imagem do servidor público, querem **fragilizá-lo**" a palavra em destaque revela correção no uso do pronome átono. Trata-se da **ênclise** (o pronome fica depois do verbo), aplicada ao verbo principal que está no infinitivo. Assinale a opção que contém ERRO na colocação pronominal.

   (A) Alguém o viu sair do serviço mais cedo.

   (B) Não a vejo desde o último expediente.

   (C) Foram os servidores que o viram.

   (D) Novamente o viram nas imediações da universidade.

   (E) A família viu-o sair para o trabalho.

LEIA O TEXTO A SEGUIR PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES 6 A 10.

TEXTO 2

(Título do texto omitido para fins didáticos)

Marcus André Melo (Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante do MIT e da Universidade Yale (EUA)) – Com adaptações

Temos assistido a um degaste sustentado da capacidade de Estado em nosso país. Em termos comparativos, nós tivemos uma trajetória relativamente bem-sucedida, embora incompleta, de afastamento de certos setores da administração pública em relação à política partidária, ao familismo e ao patrimonialismo

Uma das peças dessa trajetória tem sido a disseminação dos concursos públicos. O Brasil foi o primeiro país na América Latina a instituir o concurso público (1936) como forma de ingresso para carreiras no governo federal. Na área da diplomacia, os concursos datam de 1919.

A China aparece como a grande precursora. No início do século 11, as provas dos concursos já eram copiadas para impedir que os examinadores reconhecessem a caligrafia dos candidatos, e cada uma era avaliada por duas pessoas! Dois séculos depois, centenas de milhares disputavam as seleções. A partir de meados do século 17, a probabilidade de aprovação em cada etapa chegava a apenas 1 em 6.000.

O sistema sobreviveu, com poucas interrupções, até 1904. Foi abandonado e reintroduzido em caráter experimental apenas em 1987, quando o regime iniciou reformas econômicas e políticas. A ironia histórica é iluminadora: o país que inventara os concursos abandonou-os para depois retomá-los.

O Reino Unido adotou princípios meritocráticos em 1855, mas a competição realmente aberta só começou depois de 1870. Nos Estados Unidos, o Pendleton Act de 1883 instituiu o acesso meritocrático e criminalizou os assessments (dízimo pago pelos funcionários que eram nomeados pelos partidos, prática introduzida recentemente entre nós). Inicialmente restrito a uma pequena parcela do funcionalismo federal, o sistema alcançava 88% dos servidores em 1951. Na Argentina, a primeira lei federal sobre concursos é de 1973, segundo o The Merit Project: A New Dataset on Civil Service Examinations, 1789–2020, de Driscoll et al (2015).

O concurso não implica meritocracia e tem limitações importantes. Tampouco produz um Estado competente. Leis podem coexistir com patronagem, exceções e seleções fraudulentas. Onde não existem regras impessoais de recrutamento, dificilmente existe burocracia meritocrática. O concurso limita o patronato na entrada da burocracia, mas não controla a seleção de seus dirigentes nem impede que redes familiares capturem as instituições encarregadas de fiscalizá-la.

O que ainda se observa em nosso país, sobretudo no âmbito subnacional, onde se concentram 90% dos vínculos públicos, são estruturas patrimoniais e familistas. Elas se expressam das mais diversas formas: nomeações cruzadas ou familismo despudorado nos três Poderes. E aqui há pouca distinção ideológica. As nomeações de esposas de governadores para tribunais de contas —são oito casos recentes— são as mais escabrosas.

A degradação atual não consiste no desaparecimento dos concursos, mas na expansão de redes políticas e familiares ao redor das burocracias profissionais, neutralizando o universalismo formal que elas deveriam proteger. Nas redes familiares que entrelaçam, por exemplo, advogados e magistrados, e que ganharam escala inédita, o conflito de interesses é o menor dos problemas.

Fonte:
www1.folha.uol.com.br/colunas/marcusmelo/2026/08. Acesso em: 17/8/2026

6. Tomando por base a tese defendida no texto 2, assinale a opção que pode funcionar adequadamente como um título para ele.

(A) Meritocracia na base e patrimonialismo no topo.

(B) A lisura dos concursos públicos em países do mundo.

(C) A disseminação dos concursos públicos no mundo.

(D) Patrimonialismo na base e meritocracia no topo.

(E) O protagonismo da China na criação de concursos públicos.

7. Assinale o item que identifica e justifica adequadamente o gênero textual ao qual se vincula o texto 2.

   (A) Editorial, porque tem como objetivo apresentar a opinião institucional de uma empresa jornalística sobre os concursos públicos.

   (B) Crônica, porque tem como objetivo oferecer um relato confiável de fatos acerca de concursos públicos.

   (C) Artigo de opinião, porque tem como objetivo apresentar uma opinião pessoal sobre os concursos públicos.

   (D) Carta aberta, porque tem como objetivo mobilizar a sociedade em prol de uma causa ligada aos concursos públicos.

   (E) Carta de leitor, porque tem como objetivo oferecer um ponto de vista social sobre os concursos públicos.

8. Assinale a opção que NÃO faz a associação adequada entre expressões referenciais e os sentidos a elas atribuídos com base na ideia global do texto 2:

   (A) A expressão referencial **"as seleções" (linha 9)** faz retomada indireta de sentido de concursos públicos na China.

   (B) A expressão referencial **"o regime" (linha 12)** faz retomada indireta de sentido de sistema de concursos chineses.

   (C) A expressão referencial **"o sistema" (linha 11)** faz retomada indireta de sentido do modo de funcionamento dos concursos públicos chineses.

   (D) A expressão referencial **"que" (linha 30, em "que ganharam")** retoma o universalismo formal.

   (E) A expressão referencial **"elas" (linha 29)** retoma as burocracias profissionais.

9. Assinale o item a seguir que se encontra completamente adequado em relação à pontuação, de acordo com a norma culta do português brasileiro:

   (A) Assim como, a pólvora e o papel, também os concursos públicos vieram da China.

   (B) Hoje qualquer um, pode assumir um cargo público sem precisar de apadrinhamento.

   (C) Os cargos/funções de livre nomeação depõem contra a isonomia de acesso aos cargos públicos em qualquer lugar do mundo.

   (D) Concurso público é a forma mais democrática de seleção para o exercício de função pública, quem disse o contrário, ou é mal intencionado ou alienado.

   (E) No caso do acesso a cargos públicos, a meritocracia, meu caro leitor poderia/deveria ser ampliada. Há espaço para isso.

10. Assinale o item em que os verbos usados no pretérito perfeito e no pretérito imperfeito se encontram correlacionados de modo coerente, de acordo com a norma culta do português brasileiro:

    (A) Depois que ingressaram no parque, as crianças notavam que as paredes estavam rachadas e que teve teias de aranha em todos os cantos. O telhado estava todo quebrado e todas as piscinas estavam com a água verde e suja.

    (B) Era uma vez uma menina chamada Chapeuzinho Vermelho. Um dia, sua mãe pedia a ela para levar uma cesta com doces para a vovó doentinha e advertiu a menina: "Não entre na floresta nem converse com estranhos".

    (C) Um rei e uma rainha viviam em um luxuoso palácio. Um belo dia, a rainha dizia ao seu marido que logo teriam um bebê no castelo, pois estava grávida. Meses depois, uma princesa nasceu.

    (D) A pequena Cinderela ficou órfã de mãe. Mas logo o pai da menina se casava novamente. E, para a tristeza de Cinderela, a sua madrasta era uma viúva e tinha duas filhas muito más.

    (E) Era uma vez uma mulher que, quando ficou grávida, sentiu forte desejo de comer beterraba. Para satisfazer a esposa, o marido passou a pegar beterrabas na horta de uma vizinha.

MATEMÁTICA

11. Uma empresa do ramo alimentício produz 125 kg (quilos) de manteiga por dia. A manteiga é colocada em potes de 250 g (gramas) e distribuída em caixas com 50 destes potes. Um supermercado encomendou 250 caixas. Qual é a menor quantidade de dias possível para que a empresa consiga entregar este pedido?

(A) 10
(B) 15
(C) 18
(D) 20
(E) 25

12. Um investidor investe R$ 1.000,00 em uma instituição financeira que paga 1% ao mês no regime de juros simples. Em quanto tempo ele terá ganho R$ 500,00 de juros?

(A) 2 anos e 4 meses
(B) 3 anos e 6 meses
(C) 4 anos e 2 meses
(D) 5 anos e 8 meses
(E) 6 anos e 5 meses

13. Dois corredores, Paulo e Pedro, disputam uma prova em uma pista circular. Paulo completa uma volta em 16 minutos e Pedro em 22 minutos. Se ambos largam lado a lado do ponto de partida da pista, em quanto tempo estarão novamente emparelhados no mesmo ponto de partida?

(A) 2 horas e 50 minutos
(B) 2 horas e 56 minutos
(C) 5 horas e 52 minutos
(D) 5 horas e 56 minutos
(E) 6 horas e 2 minutos

14. A decoração de uma festa de aniversário utilizou balões nas cores azul, amarelo, verde e vermelho. As quantidades de balões de cada cor satisfazem as seguintes condições:

(I) A quantidade de balões na cor azul é igual a soma da quantidade de balões nas cores amarelo e verde.
(II) A soma da quantidade de balões nas cores azul e verde é igual a soma da quantidade de balões nas cores amarelo e vermelho.
(III) A quantidade de balões na cor vermelho é menor que a quantidade de balões na cor azul.

Qual das opções abaixo contém a informação CORRETA à respeito dos balões?

(A) A quantidade de balões na cor azul é igual ao dobro da quantidade de balões na cor verde.
(B) A quantidade de balões na cor amarelo é igual a quantidade de balões na cor verde.
(C) A quantidade de balões na cor amarelo é menor que a quantidade de balões na cor verde.
(D) A quantidade de balões na cor amarelo é maior que a quantidade de balões na cor verde.
(E) A quantidade de balões na cor vermelho é maior que a soma da quantidade de balões nas cores amarelo e verde.

15. Uma escola possui turmas nos turnos manhã e tarde. No turno da manhã há 400 estudantes a mais que no turno da tarde. Além disso, há 20 estudantes a mais no turno da manhã que 60% do número total de estudantes da escola. Qual das opções abaixo contém o quociente entre o número de estudantes do turno da tarde e o número de estudantes do turno da manhã?

(A) $\frac{2}{3}$

(B) $\frac{7}{11}$

(C) $\frac{9}{13}$

(D) $\frac{5}{6}$

(E) $\frac{3}{4}$

16. Pretende-se dividir um retângulo medindo 1,26 m de largura por 2,1 m de comprimento em quadrados com lados de mesma medida. Qual deve ser a medida dos lados desses quadrados para que se tenha o mínimo de quadrados?

(A) 6 cm

(B) 16 cm

(C) 30 cm

(D) 42 cm

(E) 54 cm

17. Um grupo de estudantes decidiu ir para uma pizzaria após um exame de Matemática. A conta total foi de R$ 300,00 e foi dividida igualmente entre todos os estudantes. No momento do pagamento dois estudantes não estavam com seus cartões de crédito e a conta foi novamente dividida igualmente entre cada um dos demais, fazendo com que cada um destes pagasse R$ 25,00 a mais em relação ao que teria pago na primeira divisão. Qual das opções abaixo contém a soma entre a quantidade total de estudantes do grupo e o valor pago por um dos pagantes?

(A) 81

(B) 82

(C) 84

(D) 85

(E) 86

18. Em um determinado grupo de pessoas, formado por adultos e crianças, o peso médio dos adultos é 70 kg e o peso médio das crianças é de 30 kg. Sabendo que o peso médio geral do grupo é 62 kg, é CORRETO afirmar que:

(A) O número de adultos é igual ao número de crianças.

(B) O número de adultos é o dobro do número de crianças.

(C) O número de adultos é o quádruplo do número de crianças.

(D) O número de adultos é seis vezes o número de crianças.

(E) O número de adultos é menor que o número de crianças.

19. Os números naturais de 1 a 12 estão distribuídos na tabela 4×3 a seguir. Sabendo que a soma dos elementos da primeira linha é igual a 21, a soma dos elementos da segunda linha é igual a 18, a soma dos elementos da terceira linha é igual a 20, a soma dos elementos da última é igual a 19 e a soma dos elementos da segunda coluna é 42. Qual das opções a seguir contém o valor de X+Z+B?

1	X	Y
2	Z	W
3	A	B
4	9	C

(A) 24
(B) 26
(C) 27
(D) 30
(E) 33

20. João investiu R$ 2.000,00 a 10% ao mês no regime de juros simples e Paulo aplicou R$ 10.000,00 a uma taxa de $i\%$ ao mês no regime de juros compostos. Sabendo que após 3 meses o montante de Paulo é o quíntuplo do montante de João, é CORRETO afirmar que:

(A) $i < 10\%$
(B) $i = 32\%$
(C) $i > 50\%$
(D) $i = 18\%$
(E) $20\% < i < 30\%$

21. Joaquim é servidor público federal efetivo, ocupante de cargo técnico-administrativo de nível médio na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no qual tomou posse por nomeação, após aprovação em concurso público, tendo entrado em exercício regularmente. Passados três anos, Joaquim foi aprovado em concurso público para outro cargo público federal, inacumulável com aquele que já ocupava, e nele tomou posse, sem se exonerar do cargo anterior.

    À luz da Lei nº 8.112/1990, o cargo anteriormente ocupado por Joaquim na UFPB ficará vago em razão de:

    (A) exoneração de ofício, por inobservância das condições do estágio probatório.

    (B) reversão, em decorrência do retorno de servidor aposentado à atividade.

    (C) promoção, decorrente de desenvolvimento na carreira do servidor.

    (D) readaptação, em virtude de limitação de capacidade física ou mental constatada em inspeção médica.

    (E) posse em outro cargo público inacumulável, hipótese expressamente prevista em lei como causa de vacância.

22. Mariana realizou concurso público para provimento de cargo de técnico-administrativo em educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e ao ser aprovada e classificada dentro do número de vagas foi regularmente nomeada pela autoridade competente. Até o presente momento, contudo, Mariana ainda não compareceu para tomar posse, encontrando-se dentro do prazo legal para tanto.

    De acordo com o conceito de servidor previsto na Lei nº 8.112/1990, é CORRETO afirmar que Mariana:

    (A) já ostenta a condição de servidora pública, uma vez que a aprovação, a classificação e a nomeação, por si sós, já caracterizam a investidura em cargo público.

    (B) adquirirá a condição de servidora pública apenas quando entrar em exercício, sendo a posse mero ato preparatório, destituído de efeitos jurídicos próprios.

    (C) somente adquirirá a condição de servidora pública quando tomar posse, ato que, nos termos da lei, caracteriza a investidura em cargo público.

    (D) não poderá mais adquirir a condição de servidora pública, uma vez que a aprovação em concurso gera apenas mera expectativa de direito, esgotada com a nomeação.

    (E) adquiriu a condição de servidora pública no momento em que foi homologado e publicado o resultado final do concurso público.

23. A vigilância sanitária municipal, após constatar risco iminente à saúde da coletividade em um estabelecimento comercial, determinou a interdição imediata desse local, promovendo o fechamento das portas com lacre, sem requerer prévia autorização do Poder Judiciário.

    Ao executar materialmente a sua decisão, a Administração Pública, através da vigilância sanitária municipal, evidencia o seguinte atributo dos atos administrativos:

    (A) Presunção de legitimidade, atributo pelo qual o ato administrativo é válido até prova em contrário, cabendo ao interessado o ônus de demonstrar eventual ilegalidade.

    (B) Autoexecutoriedade, atributo que permite à Administração Pública executar diretamente suas decisões, inclusive mediante o uso de meios coercitivos diretos.

    (C) Tipicidade, atributo segundo o qual o ato deve corresponder a figura previamente definida em lei como apta a produzir determinado efeito jurídico.

    (D) Discricionariedade, atributo que autoriza a Administração a escolher livremente, sem qualquer parâmetro legal, o momento e a forma de sua atuação diante de risco à saúde pública.

    (E) Imperatividade, atributo que se traduz na possibilidade de a Administração impor unilateralmente obrigações a terceiros, independentemente de sua concordância, dispensada qualquer execução material direta do ato.

24. Após suposta infração disciplinar atribuída a Rogério, servidor técnico-administrativo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi instaurado processo administrativo disciplinar. Constituída a comissão, a mesma foi composta por três servidores estáveis, dentre eles, o presidente, que designou servidor para secretariar os trabalhos. Um dos membros da comissão é primo de Rogério, parentesco do qual a autoridade instauradora tinha conhecimento no momento da designação. Rogério, cientificado, requereu a exclusão desse membro por impedimento, invocando o parentesco existente. O requerimento foi indeferido pela comissão, e os trabalhos prosseguiram regularmente. Em razão da complexidade dos fatos apurados, o prazo de 60 dias para conclusão do processo, contado da publicação do ato que constituiu a comissão, foi prorrogado por igual período, mediante decisão da autoridade competente.

    Considerando o disposto na Lei nº 8.112/1990 acerca do processo administrativo disciplinar, é CORRETO afirmar que:

    (A) a composição da comissão não está irregular, pois o impedimento legal para participação em comissão de processo disciplinar alcança o cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, somente até o terceiro grau; e a prorrogação do prazo de 60 dias por igual período, diante da complexidade dos fatos, também está em conformidade com a lei.

    (B) a composição da comissão está irregular, pois a lei veda a participação, em comissão de processo disciplinar, de servidor que tenha qualquer grau de parentesco, consanguíneo ou afim, com o acusado, independentemente do grau.

    (C) a composição da comissão está regular quanto ao parentesco, mas a prorrogação do prazo é ilegal, pois o prazo de 60 dias para conclusão do processo disciplinar é improrrogável, devendo a comissão concluir os trabalhos no prazo original, sob pena de nulidade do processo.

    (D) a comissão deveria ter sido composta por cinco servidores estáveis, e não três, dada a gravidade da infração apurada, sendo nula sua constituição com apenas três membros, independentemente do parentesco alegado.

    (E) tanto a composição da comissão quanto a prorrogação do prazo são irregulares, pois o parentesco de qualquer grau impede a participação na comissão e o prazo de 60 dias, uma vez fixado, não admite prorrogação sob nenhuma hipótese.

25. Um usuário apresentou manifestação perante a ouvidoria da Universidade Federal do Pará (UFPA), questionando a regularidade de procedimento adotado em determinado setor da instituição. Antes de proferir decisão, a ouvidoria, dentro do prazo de que dispunha para decidir, solicitou informações e esclarecimentos diretamente a um servidor lotado no setor questionado. Diante da complexidade da matéria, tanto o prazo do servidor para responder à solicitação da ouvidoria quanto o prazo da ouvidoria para proferir a decisão administrativa final ao usuário foram, cada um deles, prorrogados uma única vez, mediante justificativa expressa.

    Considerando o regime de prazos estabelecido pela Lei nº 13.460/2017 (Lei de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos), é CORRETO afirmar que:

    (A) o prazo para a ouvidoria proferir a decisão administrativa final ao usuário e o prazo para o servidor responder à solicitação de informações da ouvidoria são ambos de quinze dias, podendo cada um deles ser prorrogado, de forma justificada, por igual período, uma única vez.

    (B) o prazo para a ouvidoria proferir a decisão administrativa final ao usuário é de vinte dias, prorrogável uma única vez por igual período, ao passo que o prazo para o servidor responder à solicitação de informações da ouvidoria é de trinta dias, também prorrogável uma única vez por igual período.

    (C) ambos os prazos mencionados admitem prorrogações sucessivas, por igual período, sempre que a autoridade competente entender necessário, não havendo limite legal para o número de prorrogações.

    (D) o prazo para a ouvidoria proferir a decisão administrativa final ao usuário é de trinta dias, prorrogável de forma justificada, uma única vez, por igual período; já o prazo para que o servidor responda à solicitação de informações formulada pela ouvidoria é de vinte dias, também prorrogável de forma justificada, uma única vez, por igual período — tratando-se de prazos distintos, com destinatários e finalidades diversos.

    (E) o prazo de trinta dias aplica-se exclusivamente à decisão final da ouvidoria e é improrrogável, sendo a única prorrogação legalmente admitida a do prazo de quinze dias concedido ao servidor para resposta à solicitação de informações.

26. A Reitoria da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) determinou a veiculação de campanha institucional de divulgação de programa de assistência estudantil. A campanha tem caráter estritamente educativo e informativo, e dela não constam nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, em conformidade com o disposto no art. 37, §1º, da Constituição Federal.

    Embora o §1º do art. 37 da CF/88 regule matéria relativa à publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, pode-se afirmar que a vedação à promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos nele contida constitui, primordialmente, desdobramento do princípio:

    (A) da publicidade, que, ao exigir transparência da atuação estatal, é autossuficiente para justificar tal vedação.

    (B) da moralidade administrativa, que impõe atuação ética e proba dos agentes públicos, sendo esse o fundamento exclusivo para a vedação da promoção pessoal na publicidade institucional.

    (C) da eficiência, pois campanhas publicitárias sóbrias e informativas otimizam o uso de recursos públicos, sendo esse o principal fundamento da vedação em exame.

    (D) da legalidade, pois a vedação decorre unicamente da necessidade de a Administração atuar nos estritos limites previstos em lei, não guardando relação com os princípios da impessoalidade ou da moralidade.

    (E) da impessoalidade, pois a vedação à promoção pessoal busca assegurar que a atuação administrativa seja voltada ao interesse coletivo, e não à vaidade ou à promoção da imagem pessoal do agente público.

27. Germana é servidora técnico-administrativa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ocupante do cargo de Assistente em Administração — cargo de natureza administrativa geral, sem exigência de formação técnica ou científica específica —, com carga horária de 40 horas semanais. Paralelamente, foi aprovada em concurso público e nomeada para o cargo de professora substituta em outra instituição federal de ensino, com carga horária de 20 horas semanais. Existe compatibilidade comprovada entre os horários das duas atividades e observância do teto remuneratório constitucional.

    Carlos, também servidor técnico-administrativo da UFMG, ocupante do cargo de Assistente em Administração, pretende acumular esse cargo com outro cargo de Assistente em Administração em autarquia federal diversa — nenhum dos dois de magistério, nem privativo de profissional de saúde com profissão regulamentada —, sustentando haver compatibilidade de horários entre ambos, mediante escala especial de trabalho.

    Considerando o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, na redação atualmente vigente, é CORRETO afirmar que:

    (A) tanto a situação de Germana quanto a de Carlos são lícitas, pois a Constituição Federal permite a acumulação remunerada de quaisquer dois cargos públicos, bastando, em qualquer caso, a comprovação de compatibilidade de horários entre as atividades exercidas.

    (B) a situação de Germana é ilícita, pois, para a acumulação de cargo de professor com outro cargo ser lícita, a alínea "b" do art. 37, XVI, da Constituição Federal exige que o segundo cargo seja técnico ou científico, o que não é o caso do cargo de Assistente em Administração por ela ocupado.

    (C) a acumulação pretendida por Germana é lícita, pois um dos cargos por ela ocupados é de professora, e a alínea "b" do art. 37, XVI, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 138/2025, passou a admitir a acumulação de cargo de professor com outro cargo de qualquer natureza — não mais exigindo que o segundo cargo seja técnico ou científico —, bastando a compatibilidade de horários, já comprovada; já a acumulação pretendida por Carlos é ilícita, pois nenhum de seus dois cargos é de magistério.

    (D) a vedação constitucional à acumulação remunerada, aplica-se exclusivamente a cargos públicos, não alcançando empregos públicos ou funções, tampouco se estendendo a autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista.

    (E) ainda que a situação de Germana se enquadre em hipótese constitucionalmente permitida de acumulação, a compatibilidade de horários entre as duas atividades é requisito dispensável nesse caso, exigível apenas nas hipóteses em que a acumulação não se enquadra em nenhuma das exceções constitucionais.

28. Rogério, servidor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), recebeu de um colega também servidor da mesma Instituição, para as providências cabíveis, um processo administrativo contendo relatório com informação em desacordo com os fatos. Em vez de encaminhar o documento tal como recebido e relatar a irregularidade, Rogério alterou o teor do relatório antes de dar-lhe seguimento, de modo a ocultar a inconsistência.

    Clarice, outra servidora da UFMA e amiga pessoal de Rogério, presenciou o momento em que ele alterou o documento. Ainda assim, optou por nada comunicar a seus superiores, permanecendo em silêncio sobre o que presenciara, exclusivamente por não querer comprometer a amizade que os une.

    À luz do Decreto nº 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal), é CORRETO afirmar que:

    (A) apenas a conduta de Rogério configura violação ao Código de Ética; a conduta de Clarice, por não envolver ação positiva de sua parte, mas mera omissão silenciosa, não é alcançada por nenhum dever ou vedação previsto no Decreto nº 1.171/1994.

    (B) a conduta de Rogério configura a vedação do item XV, alínea "h" ("alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências"); a conduta de Clarice, por sua vez, configura simultaneamente o descumprimento do dever fundamental do item XIV, alínea "m" ("comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis") e a vedação do item XV, alínea "c" ("ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética"), pois seu silêncio, motivado por lealdade pessoal ao colega, frustra tanto o dever de comunicação quanto a vedação específica à conivência.

    (C) a conduta de Clarice configura apenas a vedação do item XV, alínea "b" ("prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores"), pois seu silêncio teve o efeito de proteger a reputação de Rogério perante a Administração.

    (D) a conduta de Rogério, embora reprovável do ponto de vista ético, não encontra correspondência em nenhuma vedação específica prevista no item XV do Decreto nº 1.171/1994, configurando apenas violação genérica ao dever de probidade do item XIV, alínea "c" do mesmo Decreto.

    (E) o silêncio de Clarice é conduta eticamente neutra, pois o Decreto nº 1.171/1994 impõe deveres apenas de ação direta do próprio servidor em relação às suas próprias atribuições, não abrangendo o dever de comunicar irregularidades cometidas por terceiros.

29. Antônio foi atropelado por veículo oficial da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) conduzido por Marcelo, servidor público, quando este se deslocava entre unidades do campus a serviço da instituição. Marcelo alega não ter agido com dolo ou culpa, atribuindo o acidente a falha mecânica repentina e imprevisível do veículo. Antônio pretende ser indenizado pelos danos sofridos e cogita ajuizar a ação diretamente contra Marcelo e não contra a UFMT.

    Considerando o disposto no art. 37, §6º, da Constituição Federal, é CORRETO afirmar que:

    (A) Antônio deve ajuizar a ação diretamente contra a UFMT, diante da responsabilidade objetiva do Ente Público, bastando a comprovação do nexo causal entre a conduta de Marcelo, nessa qualidade de agente público, e o dano sofrido por Antônio. O que não impede que a UFMT, uma vez condenada a indenizar Antônio, mova ação de regresso contra Marcelo, hipótese em que, aí sim, será necessário comprovar dolo ou culpa do servidor.

    (B) Antônio deve ajuizar a ação diretamente contra Marcelo, pois a responsabilidade pelos danos causados por agente público é do próprio agente, cabendo à UFMT responder apenas subsidiariamente, caso o patrimônio de Marcelo seja insuficiente para a reparação integral do dano.

    (C) a responsabilidade da UFMT perante Antônio depende da comprovação de dolo ou culpa de Marcelo, pois a teoria adotada pelo art. 37, §6º, da Constituição Federal é a da responsabilidade subjetiva do Estado, equiparada, nesse aspecto, à responsabilidade civil comum entre particulares.

    (D) mesmo diante de eventual condenação da UFMT a indenizar Antônio, não caberá ação de regresso contra Marcelo em nenhuma hipótese, pois o art. 37, §6º, da Constituição Federal assegura ao agente público imunidade patrimonial plena por atos praticados no exercício de suas funções.

    (E) a responsabilidade objetiva prevista no art. 37, §6º, da Constituição Federal aplica-se somente às pessoas jurídicas de direito público, não alcançando pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, ainda que o dano seja causado por agente destas no exercício dessa atividade.

30. Madalena tomou posse e entrou em exercício em cargo técnico-administrativo de provimento efetivo na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), após aprovação em concurso público. Ao completar 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício, foi submetida à avaliação de desempenho realizada pela comissão constituída para essa finalidade, nos termos do art. 20, §1º, da Lei nº 8.112/1990, tendo obtido resultado integralmente satisfatório em todos os fatores legalmente exigidos, avaliação essa devidamente homologada pela autoridade competente. Com base nesse resultado, e invocando a literalidade do art. 20, caput, e do art. 21 da Lei nº 8.112/1990 — que mencionam, respectivamente, os prazos de 24 meses e de 2 anos —, Madalena requereu à Administração o reconhecimento imediato de sua estabilidade no serviço público, então com apenas 24 meses de efetivo exercício.

Considerando o disposto nos arts. 20 e 21 da Lei nº 8.112/1990, o art. 41 da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/1998, é CORRETO afirmar que o pedido de Madalena:

(A) deve ser deferido, pois a aprovação homologada na avaliação de desempenho realizada aos 24 meses é, por si só, suficiente para a aquisição da estabilidade, nos exatos termos do art. 20 da Lei nº 8.112/1990, que não foi revogado nem alterado por qualquer diploma legal posterior.

(B) não deve ser deferido, pois o estágio probatório e a estabilidade são institutos totalmente autônomos e independentes entre si, de modo que a avaliação de desempenho realizada pela comissão é irrelevante para a aquisição da estabilidade, que decorreria exclusivamente do transcurso do prazo de 3 anos, independentemente de qualquer avaliação favorável ou desfavorável do servidor.

(C) deve ser parcialmente deferido, pois, ainda que a estabilidade em si dependa do prazo de 3 anos exigido pelo art. 41 da Constituição Federal, o estágio probatório, enquanto instituto autônomo disciplinado pelo art. 20 da Lei nº 8.112/1990, encerra-se aos 24 meses, de modo que, a partir desse momento, Madalena deixa de estar sujeita a estágio probatório, ainda que sua estabilidade só venha a ser adquirida 12 meses mais tarde.

(D) não deve ser deferido, pois a aquisição da estabilidade, independentemente de qualquer prazo fixado em lei ou na Constituição, depende sempre de ato discricionário da autoridade competente, praticado à vista de critérios de conveniência e oportunidade não vinculados a qualquer marco temporal.

(E) não deve ser deferido nesse momento, pois, embora os arts. 20, caput, e 21 da Lei nº 8.112/1990 mencionem, respectivamente, os prazos de 24 meses e de 2 anos, essa redação é anterior à Emenda Constitucional nº 19/1998, que elevou para 3 (três) anos de efetivo exercício o prazo exigido pelo art. 41, caput, da Constituição Federal para a aquisição da estabilidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Segundo a ABNT NBR 16636-1:2017 (Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos – Parte 1: Diretrizes e terminologia), as atividades técnicas do projeto devem ser desenvolvidas em uma sequência lógica de fases. Assinale a opção que apresenta a sequência CORRETA e cronológica das primeiras fases do ciclo de vida do projeto:

(A) Programa de necessidades, Estudo de viabilidade, Estudo preliminar, Anteprojeto.

(B) Estudo preliminar, Programa de necessidades, Anteprojeto, Projeto executivo.

(C) Levantamento de dados, Anteprojeto, Projeto básico, Estudo de viabilidade.

(D) Estudo de viabilidade, Programa de necessidades, Projeto legal, Estudo preliminar.

(E) Programa de necessidades, Anteprojeto, Projeto de detalhamento, Projeto executivo.

32. A ABNT NBR 16636-1:2017 estabelece os requisitos e as atividades obrigatórias que compõem as fases de desenvolvimento dos serviços técnicos de projetos arquitetônicos e urbanísticos. No que concerne às atribuições específicas de cada etapa e à correta distinção de seus escopos, assinale a opção CORRETA:

(A) O Estudo de Viabilidade é a fase inicial do desenvolvimento do projeto onde se definem as plantas, cortes e elevações preliminares que servirão de base para a estimativa de custos da edificação.

(B) Na fase de Anteprojeto, deve ser realizada a compatibilização definitiva e final de todos os projetos complementares de engenharia, gerando o detalhamento técnico necessário para a execução da obra no canteiro.

(C) O Projeto Legal tem como atividade obrigatória a representação gráfica e documental estritamente voltada ao cumprimento das exigências das leis de zoneamento e códigos de obras, não configurando uma fase obrigatória para a execução física da obra, caso a legislação local não a exija.

(D) O Projeto Básico é a fase que aprova o projeto junto aos órgãos públicos e concessionárias, enquanto o Estudo Preliminar tem como foco principal a emissão do documento "como construído" (*as-built*).

(E) A fase de Estudo Preliminar configura o primeiro estágio de desenvolvimento da solução arquitetônica e tem como uma de suas atividades obrigatórias a verificação e a consolidação do programa de necessidades, gerando peças gráficas que permitam a compreensão geral da volumetria e a aprovação inicial do cliente.

33. A representação de elementos que não estão diretamente no plano de corte, mas que são fundamentais para a compreensão espacial e estrutural do projeto arquitetônico, exige o uso correto de convenções gráficas. De acordo com os requisitos estabelecidos pela ABNT NBR 6492:2021, assinale a opção que indica a representação gráfica CORRETA para elementos situados acima do plano de corte (como projeções de coberturas, marquises ou mezaninos):

(A) Linha contínua de espessura média.

(B) Linha tracejada de espessura fina.

(C) Linha de traço e ponto de espessura grossa.

(D) Linha de traço e dois pontos de espessura fina.

(E) Linha em zigue-zague ou sinuosa de espessura média.

34. A escolha e a correta aplicação das escalas na documentação técnica são condicionadas pela complexidade do projeto, pelas dimensões do objeto e pelo nível de detalhamento exigido em cada etapa. Considerando as diretrizes explícitas da ABNT NBR 6492:2021 sobre o uso de escalas e a representação de dimensões em desenhos de arquitetura e urbanismo, assinale a opção CORRETA:

(A) Ao utilizar softwares de desenho e modelagem (CAD/BIM), o arquiteto fica dispensado de indicar a escala numérica nominal no selo (carimbo) da folha, desde que a escala gráfica correspondente esteja inserida adjacente a cada vista individual do projeto, permitindo a aferição direta pelo construtor.

(B) Na etapa de Estudo Preliminar, a norma veda a utilização de escalas estritamente de detalhamento (como 1:1, 1:2 ou 1:5) para peças gráficas, determinando que ampliações de banheiros, cozinhas e escadas nesta fase inicial devem adotar, preferencialmente e de forma compulsória, a escala única de 1:75.

(C) Conforme as prescrições da norma, independentemente da escala numérica ou gráfica adotada em um desenho técnico, as cotas altimétricas e as dimensões lineares indicadas em texto prevalecem sobre a medida escalada do desenho, caso ocorra divergência decorrente de processos de plotagem, reprodução ou distorção do papel.

(D) Para projetos de grande escala territorial ou planos de massa de urbanismo, a NBR 6492:2021 estabelece que a escala de redução limite recomendada para a planta de situação é de 1:2.000, sendo proibida a entrega de pranchas normatizadas com escalas de proporção maior, como 1:5.000 ou 1:10.000.

(E) Quando uma mesma folha de desenho (prancha) contiver peças gráficas desenhadas em diferentes escalas, a norma determina que o campo "Escala" localizado no selo (carimbo) deve permanecer em branco, devendo a informação de cada escala ser posicionada apenas abaixo do título de seu respectivo desenho.

35. No projeto de reabilitação de um edifício histórico tombado de uso público, uma equipe de arquitetos se deparou com restrições severas de espaço para vencer um desnível total de 1,40m em uma rota acessível obrigatória. Considerando estritamente os critérios e parâmetros técnicos da ABNT NBR 9050, assinale a opção CORRETA quanto aos limites dimensionais, de inclinação e de projeto para a implantação das rampas e seus respectivos patamares:

(A) Para vencer o desnível de 1,40m em edificações existentes (reforma), a norma admite excepcionalmente a adoção de inclinação longitudinal de 12,5% em lanços únicos sem patamar intermediário, desde que o comprimento projetado não ultrapasse 1,50m.

(B) Os patamares situados em mudanças de direção de uma rampa devem possuir dimensões em planta equivalentes a um quadrado com lado igual à largura da rampa; além disso, para rampas com inclinação entre 6,25% e 8,33%, são obrigatórios patamares de descanso a cada 50m de percurso.

(C) A largura livre mínima admissível para rampas em rotas acessíveis é de 1,10m para novas edificações, sendo a largura de 1,20m restrita apenas a reformas em edificações de patrimônio histórico.

(D) Se a opção de projeto adotar a inclinação máxima de 8,33% para o desnível total, o comprimento máximo de cada segmento contínuo de rampa (entre patamares) poderá atingir até 12,0m, vencendo um desnível isolado de 1,00m por lance.

(E) Em qualquer situação de projeto, a inclinação transversal máxima tolerada na superfície de rolamento de rampas em rotas acessíveis externas é de 3%, idêntica à máxima permitida para pisos externos comuns de pedestres.

36. No que tange aos instrumentos de política urbana previstos na Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e sua aplicação no ordenamento territorial municipal, assinale a opção CORRETA:

(A) O proprietário de imóvel urbano sujeito à aplicação do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) que descumprir as etapas e prazos estabelecidos em lei municipal poderá ser penalizado com a aplicação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração anual da alíquota pelo prazo máximo de cinco anos consecutivos, até o limite de 15%, sendo vedada a concessão de isenções ou de anistias relativas a essa tributação extrafiscal.

(B) O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares. Para sua eficácia, a lei municipal baseada no Plano Diretor que delimitar a área de incidência deve fixar um prazo de vigência não superior a cinco anos, renovável a partir do término do prazo inicial por igual período, exigindo nova notificação averbada no Cartório de Registro de Imóveis a cada renovação.

(C) Na Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC), o Plano Diretor poderá fixar um coeficiente de aproveitamento básico único para toda a zona urbana do município, de modo que qualquer edificação que pretenda superar esse limite, até o teto do coeficiente de aproveitamento máximo, ficará sujeita à contrapartida financeira, independentemente da infraestrutura instalada ou de estudos prévios de impacto de vizinhança.

(D) O consórcio imobiliário é uma forma de viabilizar planos de urbanização ou regularização fundiária, por meio da qual o proprietário transfere seu imóvel ao Poder Público municipal e, após a realização das obras urbanizadoras, recebe parcelas imobiliárias urbanizadas com valor equivalente ao do imóvel original antes da execução das melhorias, excluído desse cálculo o montante correspondente à valorização decorrente das próprias obras públicas.

(E) A transferência do direito de construir (TDC) permite ao proprietário de um imóvel urbano exercer em outro local, ou alienar a terceiros, o direito de construir inerente ao seu lote original quando este for considerado necessário para fins de preservação histórica, ambiental ou para programas de habitação de interesse social, extinguindo-se definitivamente o potencial construtivo do imóvel originário após a primeira transferência efetuada.

37. Considerando as disposições da Lei Federal nº 6.766/1979 e suas alterações sobre o parcelamento do solo urbano, assinale a opção CORRETA:

(A) Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem na ampliação dos já existentes.

(B) Ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, é obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de, no mínimo, 30 metros de cada lado, salvo alterações por lei municipal específica.

(C) O desmembramento é a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem na ampliação ou modificação dos existentes.

(D) É permitido o parcelamento do solo em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, independentemente de obras prévias de escoamento das águas, desde que o projeto preveja edificações com tipologia sobre pilotis.

(E) Os lotes urbanos resultantes de loteamento ou desmembramento devem ter área mínima de 250 metros quadrados e frente mínima de 12 metros, sem qualquer exceção para habitações de interesse social.

38. No que concerne ao planejamento, orçamento de obras e serviços de engenharia/arquitetura e aos regimes de execução contratual, considerando as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e as diretrizes consolidadas de orçamentação pública, assinale a opção CORRETA:

(A) Na composição do valor estimado da contratação sob a égide da Lei nº 14.133/2021, as taxas de Benefícios e Despesas Indiretas e os Encargos Sociais devem ser demonstrados analiticamente de forma individualizada. Contudo, em respeito ao princípio da isonomia consagrado desde a Lei nº 8.666/1993, tributos de natureza direta e personalíssima incidentes sobre a atividade empresarial da licitante, tais como o IRPJ e a CSLL, devem ser compulsoriamente integrados à planilha analítica de BDI da Administração Pública.

(B) No regime de empreitada por preço unitário, o edital de licitação obrigatoriamente deve prever margem de risco para cobrir eventuais imprecisões inerentes ao projeto básico, sendo vedado à Administração Pública efetuar aditivos contratuais para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro decorrentes de erros de quantitativos da planilha orçamentária de referência, repassando o risco integral do erro de medição original ao contratado.

(C) Sob a Lei nº 14.133/2021, as contratações de projetos arquitetônicos e complementares de engenharia civil com valor estimado superior a R$ 300.000,00 devem, por força de entendimento fixado pelo controle externo, adotar os critérios de julgamento de "melhor técnica" ou "técnica e preço", sendo vedada a utilização do critério de "menor preço" por se tratar de serviços de natureza predominantemente intelectual.

(D) Na elaboração da Curva ABC de insumos e serviços para a composição do orçamento de referência baseado em sistemas públicos que os preços unitários dos itens contidos na faixa "A" estejam em conformidade com a mediana dos sistemas oficiais, permitindo-se que a totalidade dos itens das faixas "B" e "C" extrapolem esses limites referenciais sem configurar sobrepreço global.

(E) Nos regimes de contratação integrada e semi-integrada inseridos no ordenamento jurídico pela Lei nº 14.133/2021, o projeto executivo é desenvolvido obrigatoriamente pela Administração Pública antes do certame licitatório, servindo como anexo do edital para mitigar riscos de superfaturamento e definir a matriz de alocação de riscos entre as partes contratantes.

39. A Lei Federal nº 12.587/2012 institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) com o objetivo de integrar os diferentes modos de transporte e melhorar a acessibilidade e a mobilidade nas cidades. De acordo com as diretrizes e princípios fundamentais estabelecidos por essa lei, assinale a opção CORRETA:

(A) O planejamento da mobilidade urbana deve priorizar o transporte individual motorizado sobre o transporte público coletivo, visando otimizar o fluxo de veículos particulares e reduzir os congestionamentos nas grandes avenidas.

(B) A Política Nacional de Mobilidade Urbana estabelece que os modos de transporte não motorizados (como pedestres e ciclistas) têm prioridade de atendimento e segurança sobre os modos de transporte motorizados.

(C) O Plano de Mobilidade Urbana (PlanMob) é um instrumento isolado de planejamento setorial e, por tratar exclusivamente de transportes, não deve ser integrado ou vinculado às diretrizes do Plano Diretor Municipal.

(D) Os municípios que possuem população inferior a 250.000 (duzentos e cinquenta mil) habitantes estão totalmente desobrigados de adotar qualquer ação de planejamento ou controle sobre o sistema de transporte coletivo e circulação viária local.

(E) A modicidade da tarifa do transporte público coletivo é considerada um objetivo secundário da lei, devendo a política de preços priorizar sempre o lucro e o equilíbrio financeiro das concessionárias privadas em detrimento do poder de compra do usuário.

40. No exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo, a realização de vistorias técnicas para identificar manifestações patológicas e avaliar as condições de conservação de um edifício habitacional deve seguir procedimentos normatizados. Com base nos conceitos de Inspeção Predial e Desempenho de Edificações (ABNT NBR 16747: Inspeção Predial – Diretrizes, conceitos, procedimentos e vistoria, e ABNT NBR 15575: Edificações Habitacionais), assinale a opção CORRETA:

    (A) As manifestações patológicas decorrentes de falhas de projeto ou de execução que surgem logo após a entrega do edifício são de responsabilidade exclusiva dos usuários, pois caberia a eles a manutenção corretiva diária imediata.

    (B) De acordo com a ABNT NBR 16747, a inspeção predial é um processo de avaliação que visa constatar o estado de conservação e funcionamento da edificação, devendo focar exclusivamente na estrutura de concreto armado e ignorar os sistemas de vedações e instalações.

    (C) Caso surjam infiltrações generalizadas em fachadas antes do término do prazo da Vida Útil de Projeto, a ABNT NBR 15575 serve como parâmetro técnico para caracterizar o descumprimento dos requisitos mínimos de estanqueidade e desempenho do sistema habitacional.

    (D) O surgimento de fissuras decorrentes da movimentação térmica de lajes de cobertura expostas ao sol é classificado como uma anomalia endógena irreversível, cuja recuperação exige, obrigatoriamente, a demolição total do elemento estrutural afetado.

    (E) O Manual de Uso, Operação e Manutenção das Edificações, entregue pela construtora, serve apenas como documento informativo sem validade legal, não podendo ser utilizado para definir se uma patologia foi causada por falta de manutenção por parte do condomínio.

41. No contexto de obras públicas, como a construção ou reforma de uma unidade escolar, o orçamento é uma ferramenta técnica essencial de planejamento e controle. Para a realização de uma concorrência pública, a elaboração do orçamento passa por fases distintas e sucessivas. Assinale a opção que apresenta a sequência CORRETA e cronológica das etapas de desenvolvimento desse orçamento, do planejamento inicial até a licitação.

    (A) Orçamento Paramétrico, Estimativa de Custo, Orçamento Provisório, Orçamento Global.

    (B) Estimativa de Custo, Orçamento Preliminar, Orçamento Analítico (ou detalhado), Orçamento Base da Licitação.

    (C) Orçamento Global, Orçamento Sintético, Orçamento Unitário, Orçamento Final.

    (D) Estudo de Viabilidade, Orçamento de Referência, Estimativa de Custo, Orçamento Executivo.

    (E) Orçamento Estimativo, Orçamento Paramétrico, Orçamento Base, Orçamento de Contrato.

42. No desenvolvimento de projetos complexos de arquitetura, a transição do CAD para o BIM altera a forma como a informação é registrada e processada. No CAD tradicional, as revisões exigem a edição manual de vetores bidimensionais independentes. No BIM, o modelo é regido por regras de associação e inteligência semântica.

    Considerando o impacto dessa diferença metodológica na integridade do projeto e na coordenação de disciplinas, assinale a opção CORRETA:

    (A) O BIM minimiza erros de compatibilização porque utiliza uma modelagem geométrica estática tridimensional que impede modificações estruturais involuntárias após o fechamento do arquivo principal.

    (B) A parametrização no BIM estabelece relações de dependência lógica entre os componentes construtivos. Logo, a exclusão ou alteração de um elemento hospedeiro (como uma parede) dispara uma atualização em cascata que reposiciona ou reconfigura os elementos dependentes (como portas e janelas) em todas as representações técnicas simultaneamente.

    (C) O ganho de eficiência do BIM em relação ao CAD se restringe à velocidade de plotagem e exportação de pranchas em PDF, uma vez que a extração de tabelas de quantitativos ainda requer a contagem manual de blocos para evitar duplicidade no banco de dados.

    (D) Enquanto o CAD organiza o desenho estritamente por meio de atributos semânticos em camadas (layers), o BIM dispensa o uso de classificações ou propriedades de materiais, concentrando-se apenas nas propriedades volumétricas visuais.

    (E) No fluxo BIM, o processo de coordenação de projetos dispensa a fase de compatibilização geométrica, pois o software impede nativamente que o projetista de arquitetura insira elementos em posições ocupadas por sistemas estruturais ou hidráulicos.

43. Para a implantação ideal de edificações escolares na cidade de Teresina-PI, segundo diretrizes de conforto ambiental, desempenho energético e ofuscamento do quadro de aula, é CORRETO afirmar que:

(A) É preferível que as aberturas das salas sejam definidas na orientação solar Leste, com beirais que protejam as paredes da incidência dos raios solares.

(B) É recomendado que as aberturas das salas sejam definidas em qualquer orientação que não a solar Oeste, com beirais que protejam as paredes da incidência dos raios solares.

(C) As salas devem ser orientadas somente para as fachadas Norte e Sul.

(D) Cada orientação solar demanda cuidados específicos, como brises com a orientação correta, beirais adequados, e coberturas com alta absorção de calor.

(E) É preferível que as aberturas das salas sejam definidas na orientação solar Norte, com beirais que protejam as paredes da incidência dos raios solares.

44. Durante o projeto executivo de um auditório (Grupo F-3) com população calculada em 200 pessoas, o arquiteto previu duas portas de saída de emergência idênticas, fixando a largura útil livre de cada uma em 1,10 metros (equivalente a 2 unidades de passagem cada).

Considerando os critérios de dimensionamento e capacidade de escoamento da ABNT NBR 9077, a decisão do arquiteto está:

(A) Correta, pois 1,10 m atende à largura mínima regulamentar e a capacidade total das duas portas suporta a população de 200 pessoas.

(B) Incorreta, pois a largura mínima inicial exigida para portas de saídas de emergência em locais de reunião de público é de 1,20 m.

(C) Incorreta, pois seriam necessárias portas com largura mínima de 1,65 m (3 unidades de passagem) para atender ao Grupo F.

(D) Correta quanto à largura mínima de 1,10 m, mas incorreta porque a capacidade somada das duas portas não comporta o escoamento de 200 pessoas.

(E) Incorreta, pois a unidade de passagem (UP) para cálculo de portas em auditórios e cinemas deve ser considerada como 0,60 m.

45. Durante a elaboração de um projeto de reurbanização de uma praça pública central e seus passeios lindeiros, o arquiteto da Prefeitura deve planejar a distribuição dos novos equipamentos e mobiliários urbanos (como telefones públicos, lixeiras, abrigos de ônibus e caixas de coleta). Com base estrita nas regras de segurança, sinalização e parâmetros antropométricos definidos pela ABNT NBR 9050 para espaços e equipamentos urbanos, assinale a opção CORRETA:

(A) Os mobiliários urbanos integrados às rotas de circulação que possuam partes suspensas entre 0,60 m e 2,10 m do piso, com projeção lateral maior que 10 cm, prescindem de sinalização tátil de alerta por não gerarem risco de colisão.

(B) As áreas de serviço técnicas ou de acesso estrito localizadas nos espaços urbanos, como casas de bombas e barriletes de chafarizes, devem obrigatoriamente cumprir todas as regras de rota acessível universal da norma.

(C) Os controles e comandos para acionamento de equipamentos urbanos de uso público (como interfones ou botões de terminais de autoatendimento) devem estar posicionados na faixa de alcance manual inclusiva, situada entre 0,80 m e 1,20 m de altura do piso.

(D) Toda e qualquer rampa implantada para vencer os desníveis das calçadas em direção aos equipamentos urbanos centrais pode possuir uma largura útil mínima de 0,90 m em projetos novos.

(E) A instalação de mobiliários urbanos ao longo das calçadas deve dar total prioridade de posicionamento à faixa livre de circulação de pedestres, admitindo-se o bloqueio parcial de seu vão livre desde que sinalizado em braile.

46. O Estatuto da Cidade estabelece que os Planos Diretores Municipais devem integrar as políticas de desenvolvimento urbano, habitação e mobilidade. No que diz respeito à regulação das áreas de estacionamento (públicas e privadas) como instrumento de ordenamento territorial e gestão da mobilidade urbana, assinale a opção CORRETA:

(A) O Estatuto da Cidade proíbe os municípios de exigirem vagas mínimas de estacionamento privado em projetos de polos geradores de tráfego, por considerar tal exigência uma interferência no direito de propriedade.

(B) As vagas de estacionamento público rotativo pago (como a "Zona Azul") constituem um instrumento urbanístico de uso do solo que visa desestimular o transporte coletivo e priorizar o automóvel particular nas áreas centrais.

(C) O município pode utilizar a outorga onerosa do direito de construir para incentivar ou desincentivar o número de vagas de estacionamento em edifícios, vinculando o potencial construtivo dessas áreas ao adensamento planejado pelo Plano Diretor.

(D) Áreas destinadas exclusivamente a estacionamentos comerciais de superfície em lotes urbanos centrais cumprem automaticamente a função social da propriedade prevista no Estatuto da Cidade, estando isentas da aplicação do IPTU progressivo.

(E) O Estatuto da Cidade determina que 100% da receita arrecadada com estacionamentos públicos rotativos deve ser obrigatoriamente revertida para a desapropriação de novos lotes privados voltados à construção de garagens verticais.

47. De acordo com o Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), o arquiteto e urbanista deve pautar sua conduta profissional por princípios de integridade e responsabilidade social. Considerando as obrigações para a comunidade e o interesse público, assinale a opção que apresenta uma conduta considerada infração ética:

(A) Defender os direitos de livre associação e de livre expressão dos interesses dos seus pares e demais cidadãos perante as instâncias governamentais.

(B) Subordinar o interesse pessoal ou do cliente ao interesse público, à preservação da integridade do patrimônio cultural e à sustentabilidade do meio ambiente.

(C) Indicar a responsabilidade técnica por suas atividades profissionais de forma clara e visível nas placas de obras e documentos de sua autoria.

(D) Recusar-se a assumir a autoria de trabalho que não tenha sido por ele planejado, orientado, supervisionado ou executado diretamente.

(E) Prestar serviços profissionais gratuitos ou com honorários manifestamente baixos, com a finalidade exclusiva de captação de clientes ou concorrência desleal.

48. O zoneamento bioclimático brasileiro estabelece diretrizes construtivas específicas para otimizar o desempenho térmico passivo das edificações. Considere um projeto residencial a ser implantado em uma localidade do semiárido brasileiro (enquadrada na Zona Bioclimática 3 - ZB3, caracterizada por clima quente e seco, baixa umidade relativa do ar e elevada amplitude térmica diária). Para garantir o atendimento rigoroso aos critérios de sustentabilidade energética e aos níveis regulamentares de desempenho térmico de verão (conforme os requisitos da ABNT NBR 15575), assinale a opção que apresenta a estratégia de concepção e especificação de componentes construtivos tecnicamente CORRETA:

(A) A especificação de coberturas e vedações verticais externas deve priorizar componentes de alta inércia térmica, com capacidade térmica elevada ($C \geq 130$ kJ/m^2.K) e atraso térmico ($\varphi \geq 6,5$ h), associados à ventilação seletiva (noturna) e ao resfriamento evaporativo direto ou indireto durante o dia

(B) As aberturas devem ser dimensionadas com grandes áreas envidraçadas expostas aos ventos predominantes diurnos, garantindo taxas elevadas de renovação de ar por hora (trocas volumétricas contínuas) para resfriar a massa interna do edifício por convecção forçada durante o pico da radiação solar.

(C) O sistema de vedação externa deve adotar componentes leves-isolantes de baixíssima capacidade térmica, visando acelerar a dissipação térmica unidimensional imediata e impedir o armazenamento de energia na matriz do material, eliminando a necessidade de sombreamento nas fachadas.

(D) Para otimizar o balanço térmico nas coberturas planas expostas, deve-se especificar acabamentos com alta absortância solar ($\alpha \geq 0,7$) e alta emissividade térmica, promovendo o ganho térmico por radiação de onda longa durante o dia e o isolamento total no período noturno.

(E) As estratégias de ventilação passiva devem basear-se exclusivamente no efeito chaminé diurno contínuo, captando o ar quente diretamente da camada limite do solo circundante e forçando sua circulação pelos ambientes internos antes de sua exaustão por aberturas zenitais.

49. No desenvolvimento criativo do projeto arquitetônico, a relação entre a concepção da forma e a escolha das técnicas construtivas é indissociável. Ao longo da história, o domínio tecnológico permitiu a superação de limites estruturais. Considerando o impacto dos sistemas estruturais e dos materiais na plasticidade e na definição formal do objeto arquitetônico, assinale a opção CORRETA:

(A) A adoção do concreto armado como técnica construtiva impõe rigidez formal, impedindo a criação de superfícies livres ou grandes balanços estruturais devido ao peso próprio do material.

(B) O princípio da honestidade estrutural dita que a forma arquitetônica deve ocultar os elementos de suporte (vigas e pilares) para priorizar a estética pura da fachada.

(C) Os sistemas de vedação leve, como o *Light Steel Framing*, limitam a liberdade do desenvolvimento criativo na modulação interna devido à obrigatoriedade de paredes estruturais de alta densidade.

(D) O partido arquitetônico deve ser totalmente definido na fase de estudo preliminar de maneira abstrata, sendo a escolha da técnica construtiva um fator aplicado no projeto executivo.

(E) As estruturas tensionadas (tensoestruturas) e as cascas de concreto exemplificam situações em que a forma geométrica da superfície está diretamente vinculada ao comportamento dos esforços mecânicos de tração e compressão.

50. Durante a fiscalização de uma obra de restauro e ampliação de um centro cultural, o arquiteto responsável constatou que os pilares da nova estrutura em concreto aparente apresentavam falhas de adensamento (bicheiras) e desvios de prumo que reduziram o cobrimento nominal das armaduras para valores inferiores aos limites mínimos exigidos por norma para aquela classe de agressividade ambiental. O arquiteto notificou a construtora, alertando que a redução da camada de cobrimento aceleraria o processo físico-químico no qual o gás cônico e a umidade atmosférica neutralizam a alcalinidade do concreto, comprometendo precocemente a vida útil de projeto (VUP) do edifício devido à corrosão das armaduras. Considerando as atribuições de fiscalização de obras, desempenho das edificações e a patologia correlacionada ao erro de execução descrito, assinale o fenômeno correspondente:

(A) Carbonatação do concreto.

(B) Lixiviação por águas puras.

(C) Reação Álcali-Agregado.

(D) Lixiviação por sulfatos.

(E) Destacamento por retração hidráulica.